

# ‘Torço pela vitória de Fernando Lugo’, diz deputado

17/04/2008

---

Para vice-presidente do Parlamento do Mercosul, eleições no Paraguai são mais importantes para o Brasil do que as primárias dos EUA.

As eleições presidenciais no Paraguai, marcadas para o próximo domingo (20/4), são mais importantes para o Brasil do que as atuais primárias norte-americanas. A afirmação é do deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente do Parlamento do Mercosul.

“Depois dessas eleições, o Paraguai não será mais o mesmo”, sentencia Dr. Rosinha. “Torço pela vitória de Fernando Lugo, para que os paraguaios tenham um presidente com visão de centro-esquerda, de origem humilde e ligado aos movimentos sociais. Lugo dará voz a quem nunca teve.”

O parlamentar petista avalia que a mídia brasileira tem o hábito de cobrir de forma exagerada os Estados Unidos, e ignorar o que se passa nos países sul-americanos. “Não tenho dúvidas de que essas eleições paraguaias são mais importantes, para os brasileiros, do que as prévias nos EUA”, afirma Dr. Rosinha. “Mesmo na hipótese de que Lugo não consiga vencer, o país teria pela primeira vez uma oposição de verdade.”

O Partido Colorado está no poder há 60 anos no Paraguai. Estima-se que, dos 2,8 milhões de eleitores do país, pelo menos 1,5 milhão são filiados ao partido, que se confunde com o Estado.

Apesar do voto ser obrigatório, não há nenhuma sanção para quem não comparecer às urnas. Nas últimas eleições, em 2003, o percentual de comparecimento foi de 65%. O voto para o Legislativo segue o sistema de lista partidária fechada, e não há segundo turno na disputa majoritária.

Para Dr. Rosinha, o atual momento da história da América do Sul, com o surgimento de governos de esquerda, não é fruto do acaso. “A eleição de presidentes progressistas vem após dois períodos de ditadura: o primeiro deles, militar, e o segundo, do pensamento único, neoliberal”, observa Dr. Rosinha. “Este é o momento de eleger alternativas, candidatos de origem popular, de centro-esquerda, que tragam perspectivas de mudança.”

Fernando Lugo tem o apoio de movimentos de trabalhadores rurais, das principais centrais sindicais, de comunidades indígenas, dos sem-teto e das comunidades de base da igreja católica.

Além de Lugo, que disputa a presidência do Paraguai pela Aliança Patriótica para a Mudança (APC, na sigla em espanhol), os outros principais candidatos são a governista Blanca Ovelar (Partido Colorado) e o ex-general Lino Oviedo (Unace).

## **Possibilidade de fraudes**

Em recente visita à Curitiba, o coordenador da campanha de Lugo, Ricardo Canese, dirigente do Movimento Popular Tekojoja (“igualdade” em idioma guaraní), declarou temer a ocorrência de fraudes no processo eleitoral paraguaio.

“Queremos evitar ou pelo menos reduzir as fraudes no dia da votação e nos dias subsequentes”, afirmou Canese, que fez inclusive um apelo para que os movimentos sociais e os partidos brasileiros enviem

observadores para acompanhar a votação e a apuração —o que é permitido pela legislação do país.

O coordenador da campanha de Lugo, que ocupa o primeiro lugar nas pesquisas de opinião, também explicou a aliança feita com o Partido Liberal, de centro-direita. “Vamos fazer um governo moderado, à esquerda, comprometido com o povo, um governo de coalizão”, disse. “É possível uma mudança sem ruptura, a mudança de um sistema mafioso que existe hoje no Paraguai.”

Segundo Canese, o Tekojoja não deve eleger mais do que 20% dos parlamentares. “Se chegarmos a este percentual, já será uma vitória. Pela primeira vez na história haverá no Paraguai uma força de esquerda significativa.”

A respeito do tratado de Itaipu, contestado por Lugo, o coordenador da campanha afirmou que não é o povo brasileiro que se beneficia do preço baixo pago pela energia vendida pelo Paraguai. “São as grandes empresas instaladas no Brasil, parte delas transnacionais.”

O deputado Dr. Rosinha afirma não ver problema na rediscussão do tratado. “Esse documento foi assinado por dois ditadores, em período de ditadura em ambos os países”, lembra o parlamentar. “Todo debate sobre tratados e contratos injustos não pode ser negado. O pedido é pela revisão. É preciso sentar e negociar.”

Em 2007, uma parte do tratado de Itaipu, referente a dívidas, já foi revista. O presidente Lula aceitou e o Congresso Nacional aprovou as alterações.

Compartilhe nas redes: